

NEGOCIAÇÃO DOS PLANOS DE CARREIRA

Onde estão os impasses

Quatro meses e meio depois do início da primeira greve de servidores de 2007, a do Banco Central, em 03.05.07, ainda há negociações emperradas. Foram as mobilizações que obrigaram o governo a apresentar propostas, ainda que muito insuficientes. A luta travada e o que já foi conquistado são motivos de orgulho para os servidores. Mas é preciso constatar que os impasses que opõem a categoria ao governo são, via de regra, os mesmos em todos os órgãos e tocam questões fundamentais. Conhecê-los e às suas motivações é condição para construir uma ação unificada dos servidores que arranque do governo suas reivindicações.

■■■■ Reajuste apenas em 2008, 2009, 2010?

Os servidores souberam combinar a luta pelos planos de carreira com o trabalho para bloquear a tramitação do PLP 01, que congela a folha de pagamento por dez anos. O apoio da CUT e a unidade com os trabalhadores do setor privado foram fundamentais. Mas o governo finge que não vê e aplica exatamente o conteúdo do PLP 01 nas negociações, ao propor reajustes a conta-gotas, escalonados por vários anos. Para 2007, nada! Os argumentos utilizados são a "falta de verbas" e comparações com governos anteriores. Mas não foi justamente para romper com as políticas anteriores que esse governo foi eleito? Verbas existem, basta comparar a folha de pagamento dos servidores com o crescimento da receita líquida. E por que não discutir os lucros que a especulação financeira extrai do orçamento federal?

■■■■ Gratificações de desempenho (GDs)

Foi a Emenda Constitucional 19, proposta por FHC-Bresser Pereira e aprovada no Congresso em 1998, que abriu as portas para a quebra da estabilidade e a privatização do serviço público. Em nome de uma falsa "modernidade" pretendiam transformar direitos sociais em serviços, na linha do "estado mínimo". Abriu-se para inúmeras formas de contratação, quebrando o regime jurídico único. Emergiram os "contratos de gestão", "fundações estatais de direito privado", as "metas de desempenho" e as "gratificações de desempenho". Ainda em 98 é enviado ao Congresso o PLP 248 que autoriza demissões por "insuficiência de desempenho". Contraditoriamente, o atual governo decidiu impor essas GDs a todo custo. Os servidores resistem.

■■■■ Paridade ativo-aposentado-pensionista

É por meio das gratificações de desempenho que o governo mantém a quebra a paridade. Argumenta que são necessários instrumentos para gerenciar o servidor ativo que está em situação distinta do aposentado. Mas a distinção é, justamente, que o aposentado já trabalhou a vida toda, cumpriu os requisitos legais para a aposentadoria e tem o **direito** a uma remuneração digna.

A realidade é que o governo acata a Emenda 19 e tenta utilizar os outros direitos que os aposentados têm, como os anuênios, para justificar remunerações diferenciadas nas gratificações. A solução é outra. Os servidores exigem que o governo rompa com a política anterior e revogue todas as contra-reformas que retiraram direitos.

■■■■ Desconto dos dias de greve

Para pavimentar o terreno para a regulamentação-restrição do direito de greve, o governo quer arrancar um acordo em que servidores federais aceitem o desconto dos dias parados, ainda que seja de uma pequena parcela. Esse projeto também está paralisado em virtude da resistência da categoria, que contou com o decisivo apoio da CUT. Na Fasubra e Ibbma, por razões diferentes, as negociações foram concluídas com o governo aceitando não descontar. Estão pendentes Banco Central e Datasus. No Incra há dias descontados que ainda estão por ser discutidos.

No caso dos servidores do DF, o governo é obrigado a ressarcir em função de decisão judicial



Em assembléia, servidores decidem reforçar mobilização pelo Plano de Carreira

Anistiados MME

Justiça determina retorno de servidor

A Justiça determinou o retorno ao Ministério das Minas e Energia de ex-servidor demitido durante o governo Collor. A juíza Sandra Nara Bernardo Silva, da 10ª Vara do Trabalho de Brasília entendeu que o retorno do ex-servidor à função que ocupava de auxiliar administrativo está prevista na Portaria nº 19/06 da Comissão Especial Interministerial (CEI), que

reconhece a sua condição de anistiado, amparada pela Lei 8.878/94 (artigo 2º). Ao contrário do que alegava a União, que defendia a impossibilidade jurídica do retorno, em função da falta de concurso público, além do não preenchimento dos requisitos da anistia. Os efeitos financeiros somente serão devidos a partir do efetivo retorno à atividade.

MJustiça

Ato e campanha via e-mail

Durante assembléia no dia 12.09, os servidores do Núcleo Central do Ministério da Justiça decidiram reforçar a mobilização, inclusive com atos públicos, para cobrar do governo empenho no encaminhamento do Plano de Carreira da categoria. De acordo com o secretário-executivo do MJ, as negociações junto à Casa Civil e o Ministério do Planejamento estão paradas por falta de agenda para reuniões nos dois órgãos.

Também ficou decidido que a segunda-feira, dia

17.09, será o "dia do email", com todos os servidores enviando mensagens ao ministro Tarso Genro cobrando uma resposta em relação ao Plano de Carreira e à realização de concurso público para suprir a carência de pessoal. Atualmente o órgão possui 776 prestadores de serviço exercendo atividades inerentes ao servidor efetivo. Como gerir, por exemplo, o chamado Pro-naci (Programa Nacional de Segurança com Cidadania), que o governo está lançan-

do, se a Secretaria Nacional de Segurança Pública só possui dois servidores concursados e os demais são todos terceirizados e estagiários?

A defasagem no quadro de servidores, a carência de mão-de-obra qualificada prejudica também outras atividades de grande responsabilidade, que incumbem ao Ministério da Justiça e que deveriam estar sendo exercidas por servidores concursados, mas estão hoje afetadas a terceirizados e estagiários.

Bacen

Governo ainda não cumpriu acordo

Os servidores do Banco Central estão apreensivos com a demora do governo em devolver os dias descontados relativos à greve e encaminhar a medida provisória em cumprimento do acordo financeiro. Apesar do envio de cartas tanto ao Ministério do Planejamento quanto ao presidente do Bacen, a categoria ainda não recebeu nenhum retorno.

O tratamento que o governo vem dando a outros setores e contatos informais com o secretário de Recursos Humanos do Planejamento, Duvanier Ferreira, indicam que não há disposição do governo de cumprir o que foi acordado. Portanto, os servidores devem se manter alertas para não permitir que venha acontecer o mesmo de 2005.

**Participe da assembléia
Quarta-feira, às 14h30 no 2ºss.**

Funai

Reunião para apresentar PCI

Será nesta quinta-feira, dia 20.09, às 15h, a reunião dos servidores da Funai com a Secretaria de Recursos Humanos do Planejamento. Na ocasião, o governo deve apresentar e discutir a proposta do Plano de Carreira Indigenista elaborado pelos técnicos do Planejamento. A proposta será apresentada em seguida para apreciação dos servidores.

HFA

Sindsep ainda aguarda audiência

O Sindsep-DF ainda aguarda uma resposta da direção do Hospital das Forças Armadas (HFA) marcando audiência para tratar dos problemas gerados com a nova estrutura das vagas no estacionamento do hospital, que obriga servidores e pacientes a deixarem os carros distantes da entrada do prédio, o que afeta as pessoas com dificuldades de locomoção, além dos próprios pacientes, que muitas vezes, não estão em condições de percorrer um trajeto tão grande. O sindicato encaminhou ofício ao HFA no dia 31.08 e até agora não recebeu nenhum retorno.

Expediente:

Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal – SINDSEP/DF – Fone: 3212-1900. **Colaboraram nesta edição:** Edison Cardoni, Oton Pereira Neves, José Parente, Leide Santos (resenha Dom Casmurro), Valda Eustáquia, Ulda, Toninha, José Lourenço e Cleusa Cassiano - **Conselho Editorial:** Edison Cardoni (coordenador da Secretaria de Imprensa), Roberto Monteiro de Oliveira, Leonio Gomes Lacerda, Ricardo Jacome, Marta Rosângela e Carlos Henrique - **Jornalista:** Giselle do Valle DF2361JP - **Estagiária:** Leide Santos **Diagramação:** André Filho - **Fotos:** Jane Franco - **Tiragem:** 14.000 - **Impressão:** Intergraf - **Contribua com a elaboração do "Esplanada Geral". Envie as notícias do seu local de trabalho para os endereços eletrônicos: imprensa@sindsep-df.com.br ou cardoni@sindsep-df.com.br.**

AGENDA

18.09 - terça-feira – 14h - reunião dos servidores do **MDS** com a secretaria-executiva do órgão – no edifício do DNIT

19.09 - Quarta-feira - reunião do Sindsep-DF e comissão de servidores do **HFA** com a SRH do Planejamento

19.09 - Quarta-feira - 14h30 - assembléia do **Banco Central** – 2º subsolo

24.09 - Segunda-feira – 10h - reunião do GT que irá tratar do Plano de Carreira e da extensão da GSISTE para os servidores do **Ministério do Planejamento** – na Secretaria de Recursos Humanos do Planejamento



Dois urnas coletaram votos durante a festa de aniversário do Sindsep, na noite do dia 31.08

Plebiscito Vale

Sindsep coleta o maior número de votos no DF

Das 14 entidades sindicais que organizaram o plebiscito popular da Companhia Vale do Rio Doce em Brasília, o Sindsep-DF foi o que mobilizou o maior número de votantes, somando 2.271 votos, seguido pela CUT-DF que alcançou mil votos e o Sindfub, com 900 votos. É o resultado do esforço de funcionários do sindicato, diretores e delegados sindicais e da campanha promovida pelo Esplanada Geral. Além da festa dos 20

anos, os votos foram coletados pelas seções sindicais dos Ministérios do Planejamento (blocos C e K), Trabalho e Emprego, Saúde, Ciência e Tecnologia e também no Banco Central, PGR, Incra, AGU, Biblioteca Demonstrativa, Ibama e Funasa. Parabéns servidores! A luta pela anulação do leilão da Vale do Rio Doce continua. No próximo EG os resultados nacionais do plebiscito.

FUNPRESP

Mais um golpe contra os direitos dos servidores

O Governo encaminhou ao Congresso Nacional, no dia 06.09, o projeto de lei que cria o Fundo de Previdência Complementar do Servidor Público (Funpresp). O PL estabelece que os servidores que entrarem no serviço público terão a aposentadoria limitada a R\$ 2.894 (teto do INSS). O projeto é uma continuidade das contra-reformas da Previdência aprovadas em 2003 (Emenda Constitucional 41) e em 2005 (EC 47). A CUT irá definir uma posição em relação ao tema na próxima reunião da Executiva Nacional, nos dias 19 e 20.09. Mais uma vez, os servidores terão que se unir para impedir mais este ataque aos seus direitos.

Ex-celetistas

Averbação de tempo de serviço

O Sindsep-DF orienta aos servidores que têm direito à contagem especial de tempo de serviço que façam junto ao setor de Recursos Humanos do seu órgão um requerimento para receberem o benefício. Atualmente, apenas o Ministério da Saúde e a Funasa cumprem a decisão do Tribunal de Contas da União (TCU), que no Acórdão 2008/06 reconheceu o direito à contagem especial de tempo de serviço para os servidores que antes da vigência da Lei 8.112/90 (que instituiu o regime jurídico dos servidores públicos civis da União) eram regidos pelo

Decreto-lei 5.452/43 (que trata da consolidação das leis trabalhistas).

A Secretaria de Recursos Humanos do Planejamento expediu uma orientação normativa (18.05.06) orientando os órgãos a adotar as determinações contidas no acórdão. São beneficiados os servidores públicos que exerceram como celetistas atividades insalubres, penosas e perigosas. Para o período posterior à Lei 8.112/90, é necessária a regulamentação do Art. 40, parágrafo 4º da Constituição Federal, que definirá os critérios e requisitos para a aposentadoria.

Jurídico

Ações recebidas devem ser declaradas no IR

O Sindsep-DF informa aos servidores que todas as ações trabalhistas recebidas e a receber por meio de processos encaminhados pelo sindicato à Justiça devem ter os valores recebidos e retidos na fonte declarados no Imposto de Renda. Na declaração de ajuste anual, o servidor deve somar os valores retidos mês a mês no contracheque com aqueles constantes da ação judicial.

Aqueles que não o fizeram no IR de 2006 e em anos anteriores devem providenciar imediatamente a retificação do IR, evitando assim cair na malha fina.

Descontos indevidos no contracheque

O Sindsep-DF recebeu inúmeras denúncias de servidores do Ministério da Fazenda que notaram descontos indevidos em seus contracheques referentes a empréstimos financeiros consignados em folha. O sindicato alerta que qualquer desconto em folha sem autorização expressa do servidor é ilegal e sugere a todo o funcionalismo, inclusive de outros órgãos do Executivo, que verifique mensalmente o contracheque e, ao perceber qualquer desconto não autorizado, procure imediatamente a Secretaria de Assuntos Jurídicos do sindicato para que as providências legais sejam tomadas. Em nenhuma hipótese deve-se procurar diretamente a empresa financeira para evitar que o servidor seja induzido a assinar qualquer documentação indevida.

Proposta do governo é rejeitada

A demora do governo em solucionar as negociações provoca atrasos nos programas atribuídos ao Incra e exaspera os servidores. Na noite de 13.09, uma nova proposta foi apresentada pelo

Ministério do Planejamento, mas na própria mesa ela foi criticada como insuficiente pela bancada sindical, pois realiza somente alguns ajustes percentuais para alguns padrões, mantém

o vencimento básico abaixo do valor da gratificação e está escalonada até 2010. O governo acolheu as críticas, mas insistiu que a tabela, que segundo o Planejamento, significará elevação

de 45% na folha de pagamento, depois de implantada, seja avaliada pela categoria. Uma nova rodada de negociação será agendada provavelmente para a próxima semana.



Literatura

Resenha "Dom Casmurro" – Machado de Assis (1899)

Um dos romances mais conhecidos de Machado de Assis, "Dom Casmurro", trata do que de mais silencioso e corrosivo possa se tratar na literatura: da memória e, logo, do tempo. A história é narrada em primeira pessoa pelo protagonista masculino que dá nome ao romance. Relata as memórias pós-tumas de Bentinho que vai se fechando em si mesmo e passa a ser conhecido como Dom Casmurro. O ciúme é outro tema latente que perpassa toda a trama. Bentinho e Capitu protagonizam um longo namoro, iniciado na infância, e um casamento apaixonado. Mas eles acabam se separando, pois Bentinho suspeita que ela o traiu com Escobar, o melhor amigo do casal. Ezequiel, o filho, seria fruto dessa traição. Adultério? Dom Casmurro acusando sua mulher de traição é apenas a cifra de sua insuficiência existencial. Neste romance, Machado tece um surpreendente enigma e convida o leitor a meditar sobre a construção do passado da trajetória humana. Disponível para ser baixado em www.dominiopublico.gov

MCultura

Impasse nas negociações permanece

O governo apresentou uma nova proposta de tabela remuneratória aos servidores da Cultura (MinC, Iphan, Funarte, Biblioteca Nacional e Fundação Palmares) no dia 12.09. Porém, apesar de eliminar as perdas salariais no nível auxiliar (presentes na tabela anterior) e oferecer um acréscimo ao nível intermediário, a nova proposta mantém os principais pontos de divergência entre o governo e a categoria: a não paridade ativo, aposentado e pensionista; escalonamento do reajuste até 2010; e o valor do Vencimento Básico, considerado baixo pelos servidores.

Para tentar vencer o impasse, uma reunião técnica deve acontecer ainda nesta semana e terá como objetivo preparar a nova rodada de negociação marcada para o dia 25.09.

Assembléia unificada da Cultura em Brasília

Terça-feira – 16h – Auditório do MinC (logo após a assembléia do MinC que elegerá delegados ao Congresso da Condsef)

Congresso Condsef Assembléias para eleição de delegados

Orgão	Dia	Horário	Local	Dir. respons.
MTE	18.09 terça	10h30	3º andar do Anexo	Oton
Ministério da Fazenda	18.09 terça	11h	Org. Regionais Auditório	Jaime
Ministério da Cultura	18.09 terça	15h30	Auditório do MinC	Cardoni
HGB	19.09 quarta	7h	Auditório do HGB	Eunice/Socorro
Ministério da Fazenda	19.09 quarta	10h	Ed. Sede Auditório	Julio
DNIT	19.09 quarta	10h	Auditório do 3º andar	Ricardo
Ministério da Agricultura	19.09 quarta	11h	3º andar do Anexo	Oton
Ministério da Justiça	19.09 quarta	12h30	Hall entrada do Anexo II	João Bosco
Ministério da Fazenda	20.09 quinta	10h	Cons. Contrib. (Ed. Alvorada) Térreo	Socorro e Julio
Incra	20.09 quinta	10h	Auditório – 22º andar	Cardoni e Olietá
Funasa Presidência	20.09 quinta	10h	Auditório	Carlos Henrique
Ministério da Saúde	20.09 quinta	10h30	3º andar do anexo	Oton
MME	20.09 quinta	15h	Auditório do Subsolo	Ricardo
Funasa Planaltina-Sobradinho	21.09 sexta	8h	Auditório do Hospital de Planaltina	Carlos Henrique
FNDE	21.09 sexta	10h	Em frente ao prédio	Carlinhos

ÚLTIMA SEMANA

Ministério do Exército	24.09 segunda	14h	Auditório do ME	Eunice
Ministério das Comunicações	25.09 terça	11h	Auditório (a confirmar)	Oton
QG do Exército	25.09 terça	14h	Auditório do QG	Eunice
APOSENTADOS	27.09 quinta	14h	Sede do Sindsep-DF	Marta
Orgãos com até 50 filiados	27.09 quinta	18h30h	Sede do Sindsep-DF	Ricardo/Oton

- Para cada cem (100) filiados ou fração de 51, na base, é eleito um delegado, observado o quorum mínimo de presença de 10 filiados para cada delegado a ser eleito (estatuto Condsef).

-Para os órgãos em que não há pelo menos 51 filiados será realizada uma assembléia conjunta visando a garantir a possibilidade de eleição de delegados, respeitados os critérios da Condsef

-Têm direito de votar e serem votados os filiados até 30.06.07, conforme listas emitidas pelo sindicato. Para ter sua eleição homologada os delegados eleitos devem estar ou se colocar em dia com sua mensalidade sindical.

- A eleição pode se realizar por votação nominal ou por chapas, garantindo-se, nesse caso, a aplicação da proporcionalidade direta como regra geral a partir desta semana.

- Aposentados e pensionistas filiados precisam optar entre a assembléia específica (dia 27.09, às 14h, no auditório do Sindsep) ou a do seu órgão de lotação. Isso porque nenhum servidor pode votar duas vezes.

- Na pauta da assembléia dos aposentados está à ratificação da decisão de ajuizar ação referente à paridade das gratificações de desempenho.